



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência de Apoio aos Colegiados



DELIBERAÇÃO CER/TO nº 35/2026

Instância deliberativa: Comissão Eleitoral Regional - CER

Documento: Processo nº 91442/2026

Assunto: Denúncia

Interessado: Sueleide Pereira Monteiro

A Comissão Eleitoral Regional - CER, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-TO, reunida em Palmas-TO, no dia 25 de maio de 2026, em sua 2ª Reunião Extraordinária, na sede do Crea-TO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando que entende-se por denúncia o ato de levar ao conhecimento da Comissão Eleitoral Regional fato ilícito ou irregularidade que possibilite a adoção de providências por parte dos órgãos competentes;

Considerando que qualquer candidato ou chapa poderá representar à Comissão Eleitoral competente, relatando fatos e apresentando indícios ou provas, para apurar infrações às regras do Regulamento Eleitoral.

Considerando que as denúncias devem conter elementos mínimos indispensáveis à sua análise, tais como: informações detalhadas sobre os fatos supostamente ilícitos e indicação da autoria, quando conhecida;

Considerando que nos casos em que não for possível apurar os fatos narrados na denúncia em virtude da falta de informações mínimas necessárias, o respectivo processo deverá ser arquivado;

Considerando que as Comissões Eleitorais deverão assegurar o contraditório e a ampla defesa quando da análise das denúncias sobre fato ilícito ou irregularidade relativas ao Processo Eleitoral do Sistema Confea/Crea e Mútua;

Considerando que a denúncia foi encaminhada por e-mail em 21/05/2026, tendo como denunciante a candidata Sueleide Pereira Monteiro em face do candidato Benjamin Frederico Anders.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência de Apoio aos Colegiados



Considerando que o objeto da denúncia, em síntese, relata que o candidato Benjamin Frederico Anders participou de evento presencial noturno que reuniu características inequívocas de ato de campanha eleitoral e que: I - Teria praticado abuso de poder econômico por meio de doação de alimentos, pois houve vinculação nominal entre a doação e sua candidatura; II - Houve atuação institucional da AEATO (Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Tocantins) em benefício de sua candidatura; III – Houve utilização do cargo da Mútua como plataforma eleitoral e IV – Que houve a utilização de caixas de som amplificadas em tripé e microfone no evento.

Considerando que foram juntados à denúncia imagens e vídeos dos supostos fatos alegados, capturados pela plataforma Verifact, havendo indícios mínimos para a admissibilidade.

Considerando que a Comissão Eleitoral deve determinar a notificação do representado, preferencialmente por meio eletrônico, para apresentação de defesa no prazo de 2 (dois) dias, em atenção ao contraditório e ampla defesa, para que os denunciados se manifestem;

Considerando que na defesa, os representados poderão juntar documentos, indicar até três testemunhas e requerer diligências cuja necessidade deverá ser demonstrada;

Considerando que, nos termos do art. 9º, inciso I, compete à CER, atuar em âmbito regional como órgão decisório, deliberativo, disciplinador, coordenador, consultivo e fiscalizador do processo eleitoral, assegurando a legitimidade e a moralidade do processo;

Considerando que, nos termos do art. 127, inciso I, da Resolução nº 1.150/2025 do CONFEA, compete à Comissão Eleitoral analisar a admissibilidade da representação no prazo de 1 (um) dia;

Considerando que a denúncia foi recebida em 24/05/2026 e foi tempestivamente analisada em 25/05/2026.



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Tocantins
Gerência de Apoio aos Colegiados



Considerando que as denúncias sobre as Eleições do Sistema Confea/Crea e Mútua envolvendo os Presidente do Crea, Conselheiro Federal representante dos grupos profissionais e membros das Diretorias das Caixas de Assistência, deverão ser analisadas em primeira instância pelas Comissões Eleitorais Regionais dos Creas, com possibilidade de recurso à Comissão Eleitoral Federal, em última instância,

Deliberou:

- 1) Pela admissibilidade da denúncia e notificação do representado, preferencialmente por meio eletrônico, contendo cópia da denúncia, para apresentação de defesa no prazo de 2 (dois) dias, conforme art. 127, inciso II da Resolução 1.150/2025 CONFEA.**
- 2) Na defesa, o representado poderá juntar documentos, indicar até três testemunhas e requerer diligências cuja necessidade deverá ser demonstrada (art. 127, § 1º, Resolução 1.150/25)**
- 3) Determinar a publicação de extrato da representação em edital, inclusive em meio eletrônico, conforme inciso III do art. 127;**
- 4) O regular prosseguimento do feito, com posterior designação de relator, nos termos do §3º do art. 127;**

Palmas-TO, 25 de maio de 2026.

Membros:

Engenheiro Civil Fabiano Fagundes – Coordenador Adjunto
Engenheiro Civil Cezar Almeida Batista – Membro Titular
Engenheiro Eletricista Paulo Roberto Nunes Ferreira – Membro Titular
Engenheiro de Segurança do Trabalho José Carlos Dias dos Reis Filho – Membro Titular
Engenheiro Mecânico Aliomar Silva Bayma – 2º Membro Suplente


Eng. Civ. Fabiano Fagundes
Coordenador Adjunto da CER